

Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História

Andrea Paula dos Santos¹

1) Por histórias imediatas e do tempo presente: historiadores e historiadoras como sujeitos e analistas dos acontecimentos

O objetivo deste artigo é, no contexto atual de alteração ou perda de sentido de teorias e conceitos nas Ciências Humanas, afirmar a possibilidade concreta dos historiadores produzirem conhecimento sobre acontecimentos recentes ou que ainda estejam transcorrendo. Ou ainda refletir sobre as possibilidades dos historiadores produzirem registros históricos críticos sendo sujeitos dos acontecimentos em pauta, mesmo que tomem parte diretamente nesses processos como militantes de causas ou de grupos ou movimentos sociais, partidos políticos ou governos. Felizmente, isto tornou-se viável a partir de novas perspectivas teóricas que colocaram o fazer histórico em outro patamar no século XX, com produção de novos conceitos e significados que o favoreceram.²

Como é sabido, essas perspectivas teóricas foram originadas pela revolução historiográfica da Escola dos Annales,

¹ Departamento de História e Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas Universidade Estadual de Ponta Grossa

² Para um balanço das novas possibilidades do fazer histórico do tempo presente, ver a Introdução da Tese de Doutorado (Por uma História do Brasil na virada do terceiro milênio: perspectivas teóricas e metodológicas de uma história do tempo presente e do imediato): SANTOS, Andrea Paula dos. *Reforma Agrária entre a polarização, a negociação e o conflito*:

na França, e se expandiram para todo o mundo por meio dos trabalhos de várias gerações de historiadores. Estes lograram que o fazer histórico dialogasse com outras áreas de conhecimento, principalmente as Ciências Sociais, incorporando debates teóricos e práticas metodológicas que renovaram nosso campo de conhecimento.³

Foi conhecendo o trabalho de historiadores de gerações mais novas influenciadas por essa corrente teórica e com as idéias e trabalhos de Michel Foucault sobre o papel do intelectual como diagnosticador do presente que pudemos travar conhecimento com o conceito de história do tempo presente. Essa concepção modificou o lugar tradicional do profissional de nossa área ao discutir o próprio papel da filosofia, pois:

Para Foucault, com efeito, o papel da filosofia não era, bem o sabemos, descobrir verdades ocultas, mas tornar visível exatamente o que já está visível, “ou seja, fazer aparecer o que já está tão perto, o que é tão imediato, o que está intimamente ligado a nós mesmos que exatamente por isso não o percebemos. [...] fazer ver o que vemos”. Dessa forma, são as relações de poder que é preciso interrogar. Em um estilo óptico, analisado por Michel de Certeau, Foucault identificou os movimentos, as forças que não conhecemos e que, não obstante, atravessam o nosso presente (...) diagnosticar as forças que constituem nossa atualidade e que ainda a movimentam. Ele tenta, desse modo, provocar “uma interferência entre nossa realidade e o que sabemos de nosso passado”. (...) O papel que ele se atribuiu como

resistência e participação do MST nos governos do PT do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul (1999-2002). São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. Vide também: GLEZER, R. A história e o tempo presente. In: BRUNI, José Carlos; MENNA-BARRETO, Luiz; MARQUES, Nelson (orgs.) *Decifrando o tempo presente*. São Paulo, Editora Unesp, 2007. pp. 23-44.

³ Ver a respeito, entre outros: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História: Novas Abordagens; Novos Problemas; Novos Objetos*. (3 vols.) Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988; LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1994; DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1989; BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. São Paulo: Imago, 1993; BURKE, Peter. *A Escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.

intelectual (...) levar seus contemporâneos a perceber o que estava acontecendo. E assim Foucault sonhava em 1977 com “um intelectual destruidor das evidências e das universalidades, aquele que localiza e indica nas inércias e restrições do presente os pontos frágeis, as aberturas, as linhas de força, aquele que, incessantemente, se desloca não sabendo mais ao certo onde estará nem o que pensará amanhã, por estar completamente atento ao presente.”⁴

Essa perspectiva teórica, embora tenha sido mais conhecida no Brasil a partir da década de 1990, foi consagrada com a criação do Instituto de História do Tempo Presente, em 1978, na França, sob a influência dos fundadores da Escola dos Annales, Lucien Febvre e Marc Bloch, que propunham, respectivamente, “compreender o presente por meio do passado e sobretudo o passado por meio do presente”, pois “a solidariedade do passado e do presente é a verdadeira justificação da história”. Principalmente porque “a história do tempo presente, mais do que qualquer outra, é por natureza uma história inacabada: uma história em constante movimento, refletindo as comoções que se desenrolam diante de nós e sendo portanto objeto de uma renovação sem fim.”⁵

Historiadores ligados às práticas da História Social e Cultural, como Roger Chartier, a partir dessa perspectiva, consideram, como ele, que:

o historiador do tempo presente é contemporâneo de seu objeto e portanto partilha com aqueles cuja história ele narra as mesmas categorias essenciais, as mesmas referências fundamentais. Ele é pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e dos homens e mulheres cuja história ele escreve.⁶

⁴ ARTIÈRES, Philippe. Dizer a atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault. In: GROS, Fredric (org.) *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004. pp. 15-37. As citações entre aspas, de Foucault, e a referência ao trabalho de Michel de Certeau encontram-se no referido artigo.

⁵ BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996. p. 221; p. 229.

⁶ CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: FERREIRA,

E foi em conjunto com esse debate sobre o papel do historiador no tempo presente que houve a construção do conceito de história imediata: “Próxima, participante, ao mesmo tempo rápida na execução e produzida por um ator ou uma testemunha vizinha do acontecimento, da decisão analisada – tal seria a operação histórica que queremos considerar aqui”.⁷

A concepção de história imediata foi elaborada para designar as obras escritas na esteira do acontecimento por seus atores, que começaram a proliferar a partir da segunda metade do século XX, tendo crescimento editorial e sendo vulgarizada na década de 1960. Suas raízes estão relacionadas ao momento em que a situação nacional e internacional passou a demandar cada vez mais esclarecimentos, havendo então uma simetria entre produção histórica e demanda social:

Se deixamos aqui em suspenso a história do imediato, é porque ela nos parece antes de tudo tributária dos dois outros fatores que determinam o desabrochar da história do presente: o impacto ‘de geração’ e o fenômeno concomitante de demanda social. Quer nos coloquemos do lado de uma história imediata para os jornalistas, politólogos, sociólogos, ou do lado da história do presente para os historiadores e alguns outros especialistas, nota-se um efeito ‘de geração’ muito nítido. Um fator é comum às diferentes profissões: o impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sobre sua vontade de ‘reagir’, isto é, de tentar explicar o presente. Para os historiadores, trata-se, sobretudo, como dizíamos acima, da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.⁸

Para tanto, tiveram um papel determinante nesse processo: o aumento, a aceleração e o surgimento de novos meios de comunicação; a renovação progressiva das tecnologias voltadas para a imprensa, edição e outros meios de

Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). *op. cit.*, p. 216.

⁷ LACOUTURE, J. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 216.

⁸ CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Phillipe (orgs.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 15.

comunicação, gerando mudanças qualitativas em sua forma e conteúdo; a elevação do nível de estudo da população; e a força dos engajamentos ideológicos dos anos de 1950 e 1960. Assim, a demanda social foi, conseqüentemente, um vetor central para a o surgimento da história imediata⁹ e o seu veículo e lugar privilegiado assumiu a denominação global de meio de comunicação de massa. Como nossa atualidade passou a ser comandada pelo sensacional, a história imediata surgiu como uma projeção do convulsionado século XX, aproximando cada vez mais o historiador e o jornalista na tentativa de explicar as velozes e profundas transformações da nossa sociedade. Para Lacouture, a crônica de guerra seria um modelo de história imediata e a história política outra de suas vertentes.¹⁰

Dessa forma, as principais características da história imediata, desde o seu estabelecimento, foi encurtar os prazos entre a vida das sociedades e sua primeira tentativa de interpretação e dar palavras aos que foram os atores dessa história, considerados como arquivos vivos. Assim como qualquer outro tipo de construção histórica, para realizá-la é necessário que o historiador desenvolva a quádrupla operação de identificação, classificação, montagem e racionalização, sempre determinada a partir do seu contexto cultural, que dita tanto a orientação da sua pesquisa quando o eixo de sua interpretação. Sua peculiaridade operacional reside no fato de que este historiador realiza sua obra numa duração particularmente breve, mas, em contrapartida, é compensado pela quantidade e pela diversidade de fontes de que dispõe¹¹. Fontes que se unem às escritas num processo de diálogo e questionamento incessante, em que imagens e sons compõem os novos discursos da história, indo muito além de “ilustrarem” seus textos: cinema, televisão, fotografias, músicas, oralidades, periódicos, cultura material constroem as novas tramas tecidas pelos historiadores do tempo presente e do imediato¹².

⁹ Idem, pp. 15-17.

¹⁰ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). *op. cit.*, pp. 216 ; 221-239.

¹¹ Idem, pp. 217-218.

¹² É importante destacar que os historiadores já desenvolveram reflexões

Está claro que hoje se considera que fontes tidas por alguns como “falsas”, “negativas” ou “mentirosas” também são legítimas para o historiador, pois constituem-se em representações dos grupos existentes sobre a nossa sociedade, nenhum deles detentor de uma verdade absoluta¹³. Cabe aqui destacar a importância do conceito de “representação” como prática cultural e social em torno de inúmeras apropriações e invenções de sentidos possíveis na recriação da própria prática histórica, segundo Roger Chartier em interlocução com Michel de Certeau:

O objeto fundamental de uma história que visa reconhecer a maneira pela qual os atores sociais dão sentido às suas práticas e aos seus enunciados situa-se, portanto, na tensão entre, de um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, de outro, as restrições e as convenções que a limitam – com mais ou menos força segundo as posições que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer e fazer. A constatação vale para as obras eruditas e as criações estéticas, sempre inscritas nas heranças e nas referências que as tornam concebíveis, comunicáveis e compreensíveis. Vale, igualmente, para todas as práticas vulgares, disseminadas, silenciosas, que inventam o cotidiano. (...) Esta noção permite, com efeito, ligar estreitamente as posições e relações sociais com o modo como os indivíduos e grupos se concebem e concebem os outros.¹⁴

Além disso, graças à eletrônica e ao uso da informática nos meios de comunicação e nos processos de sistematização dos resultados das pesquisas, o acesso a todo tipo de representações como fontes e as possibilidades de trabalho dos

específicas sobre o trabalho com essas e outras fontes, constituindo uma ampla bibliografia. Destacamos aqui duas coletâneas importantes contendo balanços da utilização de novas fontes e linguagens na produção do conhecimento histórico são: PINSKY, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005; LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO; Sandra Jatahy (org.) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.

¹³ Para um balanço didático sobre o debate acerca dessa questão, ver: JENKINS, K. *A História repensada*. 3ª. ed., São Paulo: Contexto, 2005.

¹⁴ CHARTIER, Roger. A “nova” história cultural existe? In: LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO; Sandra Jatahy (org.) *op. cit.*, p. 39.

historiadores se multiplicaram e se tornaram cada vez mais coletivas:

Na medida em que se opta pelo duplo imperativo de rapidez de execução e de cruzamentos dos documentos e de multiplicação das fontes, o trabalho solitário se torna cada vez mais problemático, se não inconcebível. Vivemos, talvez, a época dos últimos artesões do solilóquio. Cada vez mais se criam coletivos, tanto visando a pesquisa do imediato como o que diz respeito à operação histórica.¹⁵

Isso alterou, inclusive, de forma quantitativa e qualitativa a percepção cronológica dos acontecimentos, revelando ainda mais como ela é construída por certas escolhas e, portanto, pode ser ambígua. Ainda sobre o trabalho do historiador diante da quantidade e da diversidade de fontes e as dificuldades de escolher os acontecimentos a serem tratados em meio a esse universo, o fato é que nenhum deles pode utilizar todas as suas fontes e tratar de tudo o que pode ser considerado como acontecimentos. Isto porque, ainda por cima, presencia a constante mutação do que construiu a partir deles, visto que é simultaneamente “coletor de fatos e produtor de efeitos”, explicitando definitivamente o papel parcial, subjetivo e criador que todos os historiadores exercem ao interpretarem a realidade através da construção do conhecimento histórico:

Jornais, rádio, televisão: em todas as situações em que os diversos usos da mídia o colocam, o jornalista-historiador – a menos que ele próprio seja um objeto de seu relato – tem de enfrentar um risco muito particular: o da ruína das suas fontes. Na medida em que é, ao mesmo tempo, o reflexo e o criador de acontecimentos, ainda que não de dinâmica social, o ‘imediatista’ serra constantemente o galho em cima do qual trabalha. (...) Que resta, na historiografia contemporânea, do ‘objeto’ carregado de uma verdade sacramental, na qual o positivismo se julgava irredutivelmente instalado? Ninguém mais acreditava em que uma pesquisa – e, com mais razão ainda, uma descoberta e uma relação mais ou menos casual – não seja seguida por um pressuposto filosófico ou pelo ambiente sociocultural do historiador. Ligado a seu tempo, à

¹⁵ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). *op. cit.*, pp. 236.

sua cultura, a seu meio criador, ele exprimirá com certeza esse feixe de condicionamentos na orientação da sua pesquisa e na interpretação que dará.¹⁶

Sendo assim, o que qualifica e dá crédito ao trabalho do historiador do presente é a honestidade ao manifestar suas opções, posto que, já que está condenado aos “afloramentos da subjetividade”, apenas “encontra a salvação no esclarecimento de suas orientações” (...) Como afirma Lacouture: “É se manifestando que ele se neutraliza, ou abre para si portas da eqüidade”.¹⁷

Assim, se reconhece a parcialidade do historiador, inerente ao trabalho que desenvolve. Para tanto, pautamo-nos também pela famosa reflexão de Le Goff a respeito da inexistência de neutralidade no trabalho histórico:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraíndo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.¹⁸

E, mesmo advindo de perspectivas teóricas e práticas distintas e críticas entre si, podemos também alinhar aqui os pressupostos definidos por Chesneaux para o trabalho militante dos historiadores, desde a década de 1970:

Se o passado conta, é pelo que significa para nós. Ele é o produto de nossa memória coletiva, é o seu tecido fundamental. (...) Ele nos ajuda a compreender melhor a sociedade na qual vivemos hoje, a saber o que defender e preservar, saber também o que mudar e destruir. A história

¹⁶ Idem, pp. 229-230.

¹⁷ Ibidem, p. 230.

¹⁸ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 3ª ed., Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 547.

tem uma relação ativa com o passado.¹⁹

Partimos do princípio de que esta postura militante pode ser adotada, desde que o ponto de vista e o lugar social a partir do qual o historiador constrói o conhecimento seja conhecido por seus interlocutores, o que é uma exigência para que o trabalho do historiador do presente e do imediato tenha credibilidade:

Certamente, aquele que escreve história imediata é testemunha e historiador (enquanto (d)escreve a história), ele nunca ignora o rigor científico. Mas ele é igualmente ator, está em relação direta com seu tema. Ele pode ser passivo ou ativo, neutro ou engajado, e sua obra pode se tornar tomada de posição ideológica, moral, benevolente ou combativa. E se seu trabalho adota a forma de uma observação científica rigorosa, de uma dedução dos fatos procurando a maior neutralidade, esta, nós bem sabemos, não é menos objeto da história do que a leitura dos fatos através de um prisma ideológico, filosófico, moral ou religioso.²⁰

É importante destacar que, enquanto alguns afirmam que o fato da história do presente e imediata ignorar a conclusão do que estuda seria uma fraqueza, outros dizem que se trata de um elemento de sua força, e que, de fato, o historiador que se propõe a fazê-la não é “tão desarmado em sua ignorância do ‘desenlace’, já porque seu próprio trabalho é um dos atos do drama. (...) a matéria que ele escruta forma um bloco bastante delimitado para que as evoluções ulteriores transformem radicalmente seja a sua natureza, seja o seu sentido.”²¹

Ao pesquisador importa fazer de seu relato e de sua interpretação uma defesa de outro curso dos acontecimentos. Além disso, conhecer o desfecho de um processo, talvez leve a subestimar o vigor e o dinamismo dos sujeitos de outros possíveis desfechos. Como a história caracteriza-se pela busca e aferição das mudanças, é possível que ela torne-se melhor ao considerar o curso dessas transformações, indepen-

¹⁹ CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ed. Ática, 1995. p. 22.

²⁰ CHAUVEAU, Agnes; TÊTART, Phillipe (orgs.). *op. cit.*, pp. 25- 26.

²¹ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (org.). *op. cit.*, p. 223.

dentemente do desenlace, mantendo-se aberta a todas as hipóteses. A especificidade maior da história do presente e imediata seria que, mais do que se deter sobre as transformações debruçando-se sobre o que foi transformado, como fazem as outras abordagens históricas, esta se esforça, sobretudo, por compreender o transformar em seu percurso, no seu próprio tempo de duração.²²

Nesse sentido, as atividades no campo seguem o exemplo daquelas realizadas por antropólogos e sociólogos, abrangendo a observação, a participação e o envolvimento direto nos processos e acontecimentos históricos apresentados para reflexão crítica, valendo-se do registro documental escrito, oral, musical e audiovisual, da coleta de fontes históricas produzidas por terceiros, da elaboração de cadernos de campo e da pesquisa bibliográfica.

Opta-se pela coleta e registro de variadas fontes em razão da ampliação das possibilidades do trabalho de campo e pela necessidade de ponderar acerca das reflexões diferenciadas que esses documentos diversos trazem para um mesmo tema. Além disso, a reflexão histórica produzida nessas ocasiões pretende ser compartilhada pelos próprios agentes históricos, por entenderem que “...o passado é, ao mesmo tempo, um lastro e uma armadilha, porque ele é, antes de mais nada, um direito”.²³ Por isso, os sujeitos – em defesa de suas visões do passado que orientam seu presente e futuro – prestam depoimentos, reúnem bibliografias, documentos escritos, iconográficos, musicais e audiovisuais em geral, e disponibilizam essa vasta documentação para o desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa.

A inquietação desses sujeitos quanto ao tipo de história que se têm ou que será construída a partir de suas trajetórias leva-os a produzir cada vez mais estudos e documentos, inclusive guardando-os e organizando-os em acervos, arquivos, centros de estudo e de documentação já existentes ou que criaram para esta finalidade.

Essa prática de coleta e de elaboração documental é

²² Idem, pp. 223; 226; 239.

²³ CHESNEAUX, Jean. *op. cit.*, p. 194.

simultânea ao desenrolar dos acontecimentos e dá cunho qualitativo à pesquisa. Dessa maneira, são inúmeras as fontes para pesquisa, desde as reportagens de jornais, de telejornais e de agências de notícias; as informações e reflexões disponibilizadas na internet a respeito do tema; as entrevistas e as conversas realizadas com pessoas ligadas aos acontecimentos estudados; os documentos escritos; até o acompanhamento de reuniões, de mobilizações, de eventos e de ações dos sujeitos históricos. Nesse sentido, a coleta e o registro documental pretendem contribuir para pensar como realizar uma pesquisa que tenha como primeira preocupação voltar-se para o público cuja história está sendo construída e analisada, um público mais amplo que o acadêmico.

Nesse processo de pesquisa documental, é importante observar como atualmente quase tudo o que é disponibilizado pelos sujeitos históricos pode acabar gerando debates, pesquisas ou pautando reportagens da imprensa local e nacional. Isso alça esses agentes à condição de interlocutores e de sujeitos de sua própria história numa proporção que não existia antes do período referente ao final do século XX e início do século XXI. Tal fato ocorre tanto pela posição ocupada no poder público ou pela consolidação institucional desses sujeitos, quanto pela popularização e massificação do acesso às novas tecnologias de comunicação e de armazenamento e disponibilização de informações e de notícias. Assim, em sintonia com os pressupostos da história do presente e imediata, novos estudos podem contar com muito mais documentos sobre esses sujeitos históricos do que os tradicionais números presentes em estatísticas fáceis de manipular ou ignorar ao tratar de questões polêmicas que predominantemente foram abordadas por perspectivas conservadoras.

Com base nessa variedade e abundância de documentos, o diálogo entre as fontes que pode se estabelecer num trabalho, passa a procurar contemplar experiências e pontos de vista distintos, contraditórios, ambíguos, tendendo a se completar mutuamente, pois argumentam coletivamente diante de uma problemática comum. A intenção, desde o início, não é tentar

a tarefa impossível de estabelecer a “verdade dos fatos”, mas sim mostrar o que se pode registrar e analisar a partir de onde o sujeito se situa como agente histórico e como historiador. Mantém-se, contudo, a preocupação de que essa história, construída por alguém pertencente a um grupo dialogue com outras representações desses acontecimentos, diversas ou até divergentes. Isto porque embora seja uma história claramente parcial – que, como vimos, não deixa de ser o trabalho de qualquer historiador – pretende ser crítica. Entende-se, assim, que articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”, mas sim apropriar-se de determinados registros, representações, dando sentido e racionalidade condizentes com as questões que se queiram deixar registradas e ver debatidas, entretanto, sem apagar as contradições e os conflitos.

Conseqüentemente, dessa articulação do passado, surgem histórias heterogêneas, coerentes com os próprios sujeitos desses processos históricos, de origens sociais, econômicas, culturais, políticas e regionais dessemelhantes ou antagônicas. Essas diferenças marcam as fontes coletadas e elaboradas com idéias e opiniões quase nunca coesas, trazendo fatos históricos vistos por ângulos variados, por vezes contraditórios:

Por um lado, os fatos históricos são contraditórios como o próprio decorrer da história; eles são percebidos diferentemente (porque diferentemente ocultados) segundo o tempo, o lugar, a classe, a ideologia. Por outro lado, escapam à experimentação direta por sua natureza passada; são suscetíveis apenas de aproximações progressivas, sempre mais próximas do real, nunca acabadas nem completas.²⁴

Por isso, não há possibilidade de estudar qualquer tema proposto e construir uma história a partir de uma visão única dos acontecimentos, pois a história é também uma prática social e é legítimo observar que a leitura feita da própria história e do mundo se articula sobre uma vontade de transformar tanto a história como o mundo, sempre engendrando e encerrando

²⁴ Idem, p. 67.

contradições²⁵.

As histórias do presente e do imediato produzidas ou em processo de produção no Brasil e no mundo são, acima de tudo, um caleidoscópio de construções abertas à contribuição de todos – e especialmente novos sujeitos da história, como trabalhadores, movimentos sociais, mulheres, *gays*, lésbicas, grupos étnicos ou considerados excluídos – para que possamos conhecer melhor as contradições e os conflitos existentes em nosso passado recente, renovando assim os olhares críticos sobre nosso presente e esperançosos sobre o nosso futuro. Um futuro em que possamos ser protagonistas conscientes das possibilidades históricas de construção de um outro mundo possível, mesmo que essa ainda pareça ser uma perspectiva considerada por muitos como destoante em meio ao diagnóstico quase que consensual da pós-modernidade com seu panorama fragmentado e de perda de sentidos, de identidades e de utopias.

2) Construção de identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção na história imediata e do tempo presente

Nesse contexto de produção de conhecimento histórico no tempo presente e imediato, há o empenho em se travar um debate teórico e conceitual sobre temas chave na contemporaneidade. Alguns desses temas relacionam-se diretamente ao debate sobre a valorização de experiências, memórias, subjetividades e identidades dos sujeitos relacionados às práticas de pesquisa histórica e das ciências sociais. Temas complexos que já contam com uma densa bibliografia interdisciplinar produzida por historiadores, sociólogos, filósofos, antropólogos e pesquisadores da emergente área dos estudos culturais.²⁶

²⁵ LE GOFF, Jacques. *História e Memória*, *op. cit.*, p. 11.

²⁶ Vide, por exemplo, entre tantas outras referências desse debate: POLLAK, Michel. “Memória e Identidade social”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, pp. 200-215; BOURDIEU, Pierre (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997; HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 103-133;

Esse debate plural e contraditório obriga o historiador a sair de sua zona de conforto para contemplar os paradigmas de cada área de conhecimento com alta criticidade (incluindo a sua área!). E traz o imperativo de, especialmente, orientar novas reflexões por formulações teóricas e práticas de pesquisa que extrapolem o que foi originalmente estabelecido por cada uma delas, agora visto como conhecimento provisório porque em permanente (des)construção.²⁷

O filósofo e historiador Michel Foucault, com seus trabalhos sobre as práticas discursivas, trouxe a possibilidade de compreender todos os saberes disciplinares como discursos historicamente construídos e que, portanto, deveriam ser também desconstruídos. Dessa forma, os pressupostos intelectuais dominantes de nosso tempo, como consequência desse processo de reavaliação e de desconstrução da produção dos conhecimentos, forjaram as generalizações do ceticismo, isto é, a ausência de qualquer certeza absoluta, e do niilismo – ponto de vista que considera que as crenças e os valores tradicionais são infundados e que não há qualquer sentido ou utilidade na existência. A posição relativizadora, entretanto, é vista por outros estudiosos como não necessariamente cética ou niilista, mas como emancipatória, pois possibilita, a partir da desconstrução do que está posto, a construção de novas perspectivas por novos sujeitos.

Essas idéias permearam historicamente nossa “tradição ocidental”. Porém, o que antes era descontínuo e periférico, hoje abarca nossa cultura e é acolhido com satisfação. Vários intelectuais, inclusive os historiadores, ao utilizarem de modo crítico a amplamente reconhecida inadequação da realidade aos conceitos provindos das teorias atualmente existentes, negam-se a sentir nostalgias daqueles centros e

CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 3ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002 (Coleção A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2); FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 11ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2004; BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005; CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 5ª ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

²⁷ SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 3ª ed, São Paulo: Cortez, 2005.

metanarrativas e seus beneficiários.²⁸

Ao filósofo francês Jacques Derrida é atribuída a noção de desconstrução, que consiste em desfazer os textos, considerando, numa análise, os modos como estes foram organizados em suas origens, revelando significados que estavam ocultos ou encobertos. A desconstrução não se identifica simplesmente com uma destruição pura e simples dos textos e das teorias, como pode parecer numa interpretação mais simplista desse procedimento teórico-metodológico. Ao desconstruir textos e teorias que se consideravam definitivos e únicos, portadores de verdades inquestionáveis, o filósofo buscou encorajar a pluralidade de discursos, legitimando a não existência de uma única verdade ou interpretação, possibilitando a disseminação de possíveis e novas verdades. Desde então, os discursos produzidos pelas áreas de conhecimento foram chamados a serem (des)construídos de forma diferenciada, evidenciando seus próprios processos de construção e a parcialidade e a incompletude inerente dos saberes criados.²⁹

Evando Nascimento, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, afirmou, numa entrevista, a respeito das idéias de Jacques Derrida:

Por um lado, podemos pensar que o mundo teria sido desconstruído de fato por todo o processo que consiste em não ser mais possível acreditar que um único centro, como ponto situável no tempo e no espaço, organize a realidade das coisas. Esse processo de descentramento foi algo inerente ao século XX e ocorreu nos diversos planos da cultura, sobretudo na cultura ocidental, que tinha sido construída sobre sólidos centramentos.³⁰

²⁸ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Ver também os comentários de Keith Jenkins sobre as influências do pensamento de Foucault para os historiadores: JENKINS, K. *op. cit.*

²⁹ Sobre a noção de desconstrução, ver, por exemplo: DERRIDA, Jacques; BENNINGTON, Geoffrey. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996; DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001; DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã... Diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

³⁰ RODRIGUES, Carla. “Desconstruir é democratizar”. *O Globo*. 08/10/

Também, ao comentar a contribuição do pensamento de Derrida, o adido cultural do consulado francês, Jean-Paul Lefèvre, afirmou: “A desconstrução não é demolição, é refletir sobre o processo e levar a crítica aos mínimos detalhes. Essa forma de reflexão nos ajuda a viver momentos tão fortes quanto os que atravessamos agora.”³¹

Vivemos momentos fortes em que, em meio à perda ou transformação constante de sentidos e de significados, emergem as problemáticas em torno das memórias, das identidades e das subjetividades no contexto histórico do tempo presente e imediato. Cabe destacar que o debate sobre a noção de identidade que estamos nos propondo a enfrentar parte da compreensão desta como ligada a processos em que a noção de pertencimento e de continuidade histórica dos grupos sociais é construída por meio de memórias e de subjetividades também em construção a partir das lutas sociais, políticas e econômicas e suas contradições e ambigüidades no presente³².

Em *Identidade*, o sociólogo Zygmunt Bauman afirma que o tema que é título de seu livro é um assunto intangível e ambivalente no mundo da modernidade líquida onde tudo é precário e provisório. A ansiedade prevalece nos comportamentos humanos em virtude da dissolução de valores e referências que jogou homens e mulheres na permanente inconstância, sem possibilidade de estabelecer conexões entre si mesmos e o mundo na velocidade estonteante das mudanças engendradas pelo processo de globalização.³³

Seu diagnóstico parece caminhar na mesma direção do de Stuart Hall, em *A identidade cultural na pós-modernidade*, quando fala das mudanças de concepção de sujeito, especialmente ao falar do sujeito pós-moderno³⁴. No entanto,

2005. Disponível em: <http://www.estacaoliberalidade.com.br/clip/globopensar.htm>. Ver também: NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004; NASCIMENTO, Evando (org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

³¹ RODRIGUES, Carla. *op. cit.*

³² BAUMAN, Zygmunt. *op.cit.*; HALL, Stuart. *op. cit.*; HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11^a ed., Porto Alegre: DP&A Editora, 2006.

³³ BAUMAN, Zygmunt. *op. cit.*

³⁴ HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade. op. cit.*

as palavras de Bauman soam mais cortantes... Por quê? Talvez porque este autor coloque a frente de seu discurso uma questão mais política do que filosófica ou sociológica: a crítica ferrenha ao contexto de globalização capitalista está no centro de sua argumentação.

Bauman afirma que esse panorama da globalização é radical e irreversível, afetando todas as estruturas sociais e as relações que correspondem a elas. Nesse sentido, as identidades passam a serem consideradas cada vez mais como processos em permanente movimento, e a emergência das comunidades e das políticas de identidades como fenômenos de resistência, conservadora ou progressista, às conseqüências das transformações da globalização.

Dessa forma, qualquer discussão sobre identidades e comunidades precisa conceber a ambivalência das políticas que elas podem gerar e os desdobramentos que essas ações coletivas podem desempenhar na vida privada e nos espaços públicos:

Uma vida dedicada à procura da identidade é cheia de som e de fúria. “Identidade” significa aparecer: ser diferente e, por essa diferença, singular – e assim a procura de identidade não pode deixar de dividir e separar. E no entanto a vulnerabilidade das identidades individuais e a precariedade da solitária construção da identidade levam os construtores da identidade a procurar cabides em que possam, em conjunto, pendurar seus medos e ansiedades individualmente experimentados e, depois disso, realizar os ritos de exorcismo em companhia de outros indivíduos também assustados e ansiosos. É discutível se essas “comunidades-cabide” oferecem o que se espera que ofereçam – um seguro coletivo contra incertezas individualmente enfrentadas –; mas sem dúvida marchar ombro a ombro ao longo de uma ou duas ruas, montar barricadas na companhia de outros ou roçar os cotovelos em trincheiras isoladas, isso pode fornecer um momento de alívio da solidão.³⁵

Bauman tenta definir um sentido para a construção de identidades através do reconhecimento da existência de

³⁵ BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 21.

comunidades de destino e de vida, concordando com S. Kracauer, compostas por pessoas que vivem juntas numa ligação absoluta ou então se fundem por idéias ou por uma variedade de princípios. Bauman afirma que é a partir das comunidades de segundo tipo que se torna mais consciente o fato de que as noções de pertencimento e de identidade são negociáveis e revogáveis e que as escolhas e as decisões que um indivíduo toma são fundamentais tanto para definir identidade ou pertencimento³⁶. E aqui as reflexões de Bauman lembram as de Michel Pollak, em “Memória e identidade social”³⁷.

Pollak afirmou ser a memória um fenômeno construído, social e individualmente, cujos modos de construção podem ser conscientes ou inconscientes, características que, segundo Bauman, também podem ser atribuídas ao conceito de identidade. O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. No caso de nossos trabalhos de pesquisa, somos mediadores dessa organização, ajudando grupos sociais, políticos, econômicos ou culturais a organizar sua própria memória, e assim também a se organizar como coletividade em torno de um projeto ligado aos princípios de um movimento social ou de um projeto político, cultural e econômico.

Para Pollak, há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Ele afirma que trata o sentimento de identidade no seu sentido mais superficial, que é o sentido da imagem de si, para si, e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

O autor recorre à literatura da psicologia social e em parte da psicanálise para definir três elementos essenciais na construção da identidade:

³⁶ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. op. cit.*

³⁷ POLLAK, Michel. *op. cit.*

1 – a unidade física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo.

2 – a continuidade dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico.

3 – o sentimento de coerência, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (de tal forma esses elementos são importantes que se houver uma ruptura podemos observar fenômenos patológicos).

Portanto, para Pollak, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual, quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si, ainda mais se considerarmos o contexto contemporâneo fragmentado e movido da modernidade líquida diagnosticada por Bauman.

O próprio Pollak admite que nessa sua definição de identidade social como imagem de si, para si, e para os outros, há um elemento que escapa ao indivíduo e por extensão ao outro. Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação, em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros. Memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre a memória individual e a dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. Constituem ponto importante na disputa pelos valores familiares, um ponto focal na vida das pessoas.

Ao falar de memória política como memória constituída, Pollak introduz o conceito de “trabalho de enquadramento da memória”, em parte realizado por “historiadores orgânicos”,

isto é, inseridos dentro dos grupos e trabalhando em prol da construção das memórias e das identidades dos mesmos. As organizações políticas fazem esse trabalho com a finalidade de levarem os grupos a solidificarem uma determinada consciência histórico-social. Há também o trabalho da própria memória em si, ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, coerência, unidade, continuidade da organização. Cada vez que a memória muda e se rearranja as identidades coletivas também se transformam. O autor define identidade coletiva como todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo o sentimento de unidade, continuidade e de coerência. E, não nos esqueçamos, que segundo Stuart Hall, tal grupo parece que está sendo analisado sob a concepção de um sujeito sociológico, aquele que ainda é enxergado como em interação de um eu essencializado com a sociedade.

Porém, num mundo fragmentado como o nosso, dos sujeitos pós-modernos de Hall, as pessoas estão às voltas com uma sobrecarga de identidades, sem conseguir enxergar quais são as que realmente importam para si e quais são as que se apresentam lançadas pelas pessoas em volta. Por isso, a negociação será permanente, e o eu é sempre performático, em (des) construção contínua, destituído de essência fixa e prévia ³⁸.

Bauman cita as encruzilhadas culturais, a contínua transgressão e expansão de fronteiras como fatores típicos do nosso tempo e que vão também caracterizar a mobilidade das identidades, sua permanente invenção, sempre decorrente de muito esforço e a ser eleita como objetivo de muitos agrupamentos humanos. Assim, no ambiente de desintegração da modernidade líquida, a identidade torna-se um problema, uma tarefa, um projeto de vida. Tarefa antes monopolizada pelo Estado-nação, que se incumbia de dar estabilidade às identidades prioritariamente nacionais para que ele próprio pudesse nascer e se desenvolver, de acordo com referências

³⁸ HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. *op. cit.*

as reflexões de Giorgio Agamben³⁹.

Torna-se importante destacar essa reflexão sobre a identidade nacional, pois é nela que Bauman afirma de maneira mais enfática seu caráter de construção ao ressaltar o quanto de coerção e de convencimento foram necessários para que ela se constituísse enquanto tal, em nascimento simultâneo com o Estado moderno. E especialmente como essa identidade nunca permitia que outras tivessem estatuto semelhante, não reconhecendo competidores – que dirá opositores –, sendo cuidadosamente construída através de vários mecanismos que, ao mesmo tempo, a naturalizavam como uma não-construção, a qual era impossível não aderir. Nem é preciso mencionar o protagonismo dos historiadores de vários países nessa construção identitária...

Bauman cita alguns clássicos da sociologia, como Emile Durkheim, para dizer o quanto eles não podem servir de parâmetro para as análises atuais, apesar de seu trabalho se inspirar em visões de outros clássicos da área, como as de George Simmel ou ainda Erving Goffman. Bauman afirma que esses e outros autores levantados por Vecchi, seu entrevistador, como Lucaks ou Marx, forjaram suas análises da sociedade a partir de identidades mais ou menos estáveis que hoje perderam boa parte de seu poder de constrangimento ou convencimento, visto que as identidades ganharam livre curso⁴⁰. É aqui que podemos também observar um paralelo com a crítica à concepção de sujeito sociológico definida por Hall, no livro já citado.⁴¹

Em nosso contexto histórico contemporâneo, emergiram então as batalhas por reconhecimento travadas de forma individual ou coletiva. Essas batalhas se travam em torno de identidades escolhidas e preferidas sempre contrapostas àquelas impostas (estereótipos, estigmas, rótulos), antigas, abandonadas ou abominadas. Em geral, essas pessoas são consideradas como pertencentes a uma subclasse, sempre

³⁹ AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História. Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Identidade. op. cit.*

⁴¹ HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade. op. cit.*

inferiores na hierarquia de poder e seus protestos raramente serão ouvidos. Bauman afirma que a maioria de nós paira entre estes pólos, o do reconhecimento e o da exclusão, e que viveremos assim em eterno deslocamento, ansiedade, opressão e medo, visto que essas identidades de subclasses que se configuram nos limites da sociedade existente constituem-se principalmente como ausência de identidade.

Nesse contexto, nega-se a individualidade e inclusive as possibilidades de afirmá-la, pois essas pessoas são excluídas do espaço social que possibilita afirmá-las, buscá-las, escolhê-las, construí-las, refutá-las ou avaliá-las. São essas pessoas que também vivem nos não-lugares, alguns especialmente planejados para elas. São considerados, nas palavras do próprio Bauman em *Vidas Desperdiçadas*, como lixo humano. São pessoas rejeitadas, não necessárias ao funcionamento da economia capitalista global.⁴²

Para Bauman, é essa exclusão mais do que a exploração, como Marx afirmava, que está na base do aprofundamento da polarização social, da miséria, da desigualdade e da humilhação. Nesse contexto é que se explica a ascensão dos fundamentalismos e os revisionismos históricos por eles elaborados. Ou então podemos aqui também correlacionar com alguns guetos urbanos (ou mesmo movimentos sociais) que buscam garantir coesão e estabilidade às pessoas que neles se agregam para fugir do estigma do fracasso, da derrota e da inferioridade social e que vão ser reconhecidos como pertencentes a uma detestada e abominada subclasse.

Pois bem, são precisamente essas pessoas que, para parafrasear Stuart Hall, precisam de identidades no contexto excludente da globalização capitalista⁴³. São essas pessoas com as quais trabalhamos, construindo histórias de vida a partir de suas subjetividades expressas em narrativas com caráter identitário inequívoco. Favelados, sem-terra, trabalhadores expulsos do mundo do trabalho capitalista e que agora se deparam com a emergência de criar práticas econômicas

⁴² BAUMAN, Zygmunt. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

⁴³ HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?" In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) *Identidade e diferença*. *op. cit.*

solidárias para sobreviverem de forma alternativa ao capitalismo global.

Essas pessoas, nossos ditos colaboradores, precisam abraçar a (re)construção das identidades como tarefa permanente, como projeto de vida, num contexto de resistência à exclusão e à marginalidade. Identidade aqui, como já frisamos no início, compreendida como processos em que a noção de pertencimento e de continuidade histórica dos grupos sociais é construída em meio a lutas sociais, políticas e econômicas e suas contradições e ambigüidades. E, nesse sentido, quando fazemos histórias de vida – ou produzimos e analisamos qualquer outro tipo de documentação – estamos inegavelmente contribuindo com essa tarefa – queiramos ou não, concordemos ou não – de (re)construção identitária abraçada por esses sujeitos. E aqui podemos enxergar um paralelo longínquo do nosso trabalho coexistindo sob a contradição de se ver como pesquisador típico, muitas vezes dotado da concepção de sujeito iluminista criticada por Hall⁴⁴, aquele que se considera dotado de razão e de coerência e que busca essas características em seus sujeitos históricos, tidos ou não como colaboradores, e em seus movimentos sociais ou quaisquer outros agrupamentos humanos.

Dessa forma, transitamos em nossa prática de pesquisa entre as concepções de sujeito iluminista, sociológico e pós-moderno, tentando enxergar como os sujeitos/colaboradores de fato existentes, vão construindo – assim como nós mesmos – de forma ambígua, contraditória e bastante fluida suas identidades e comunidades a partir de subjetividades muito mais complexas do que nos esforçamos por teorizar ou categorizar. Nesse sentido, é preciso, acima de tudo, considerar que não há uma coincidência pura e simples entre identidades, comunidades e subjetividades, como alguns trabalhos nos fazem crer. Muitos trabalhos e muitos grupos que falam de identidades e comunidades anulam a diversidade das subjetividades. É preciso ter em vista, como Michel Foucault, a “morte do sujeito universal”, a crítica do Homem, sujeito da história universal, especialmente do homem ocidental cristão,

⁴⁴ HALL, Stuart. *Identidade cultural na pós-modernidade*. *op. cit.*

como referencial maior consciente e inconsciente de nossas construções narrativas e analíticas.

Nessa direção, ao analisarmos ou produzirmos documentos, tornam-se inspiradoras as reflexões de Mikhail Bakhtin quanto à percepção das várias vozes existentes nas narrativas, a polifonia que estas carregam, para percebemos a riqueza dessas práticas na construção de memórias, identidades e subjetividades⁴⁵. Também buscamos as reflexões de Michel Foucault sobre a noção de subjetividade, ao produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação do ser humano, dividida em certas práticas objetivadoras, subjetivadoras e discursivas. Como esse filósofo e historiador, consideramos que entre os domínios do saber, do poder e da ética, estabelecem-se relações do sujeito sobre as coisas, sobre a ação dos outros e sobre si, possibilitando questionar como nos constituímos enquanto sujeitos de nossos saberes, que exercem ou sofrem relações de poder, nos conformando em sujeitos morais de nossa ação, sobretudo na ação discursiva pela qual se luta.⁴⁶ E nos perguntamos: como esses sujeitos dos grupos de trabalhadores ou de movimentos sociais, e outros considerados excluídos ou marginalizados, podem dizer algo como uma verdade de si? Como eles adquiriram a necessidade de dizê-la e quais os tipos de racionalidades ou de subjetividades que atravessam esses processos?

Além disso, a partir das reflexões de Giorgio Agamben sobre a noção de experiência de Walter Benjamin, queremos debater o papel atribuído aos narradores quanto à não destruição da experiência⁴⁷. Nesse sentido, buscamos compreender como as narrativas de histórias de vida – elaboradas a partir de um processo de trabalho ligado à história oral – inserem suas práticas cotidianas nos possíveis sentidos

⁴⁵ BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da Criação Verbal*. 2a. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 279-326.

⁴⁶ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. op. cit. FOUCAULT, Michel. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. GROS, Fredric (org.) *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.

⁴⁷ AGAMBEN, Giorgio. op. cit.; BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

e significados das memórias, das identidades e das subjetividades em permanente (des)construção no cotidiano da História.⁴⁸

Enfim, a crítica do nosso discurso sobre identidades, memórias e subjetividades – de forma simultânea a realização do tipo de trabalho de pesquisa, de ensino e de extensão que fazemos (ou não) – poderá revelar em primeiro lugar a nós mesmos como estamos (des)construindo nossas próprias identidades e memórias, enfim lidando com a complexidade de nossas subjetividades no contexto da história imediata e do tempo presente. Afinal, como vimos nesse breve artigo, já faz um certo tempo em que os historiadores consideram que não pairamos sobre a realidade, sobre nossos colaboradores ou sujeitos de pesquisa, sobre os discursos da história e das humanidades! E o simples reconhecimento do lugar que (des)construímos cotidianamente para nós mesmos junto aos sujeitos e temas que escolhemos trabalhar pode tornar mais evidentes quais são as tarefas e os projetos de vida que escolhemos abraçar, suas ambigüidades, contradições e perspectivas de emancipação...

⁴⁸ Ver: SANTOS, Andrea Paula dos. *Ponto de vida: cidadania de mulheres faveladas*. São Paulo: Loyola, 1996; SANTOS, Andrea Paula dos; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado Ribeiro; MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da marcha pela terra*. São Paulo: Loyola, 1998; SANTOS, Andrea Paula dos. “Projeto Banco de Histórias de Trabalhadoras e Trabalhadores e a Economia Solidária: uma tecnologia social de valorização da experiência humana”. *Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária*. NESOL, USP, 2007.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História. Destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- ARTIÈRES, Philippe. “Dizer a atualidade. O trabalho de diagnóstico em Michel Foucault.” In: *Foucault: a coragem da verdade*. (GROS, Fredric, org.) São Paulo: Parábola, 2004, pp. 15-37.
- BAKHTIN, Mikhail. “Os gêneros do discurso”. In: *Estética da Criação Verbal*. 2a. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1997, pp. 279-326.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- _____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- _____. *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- BÉDARIDA, François. “Tempo presente e presença da história”. 1996, In: *Usos e Abusos da História Oral*. (FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína, orgs.) Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996, pp. 219-229.
- BOURDIEU, Pierre. (org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis, Vozes, 1997.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das ciências históricas*. São Paulo: Imago, 1993.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annalles, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 1991.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 5ª. ed., Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. (A Era da informação: economia, sociedade e cultura, vol. 2) 3a ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHARTIER, Roger. “A visão do historiador modernista.” In: *Usos e Abusos da História Oral*. (FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína, orgs.) Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996, pp. 215-218.
- CHAUVEAU, Agnès & TÉTART, Phillipe. (orgs.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos fazer tabula rasa do passado? Sobre a história e os historiadores*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.
- DERRIDA, Jacques & BENNINGTON, Geoffrey. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- _____. *Mal de Arquivo. Uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001
- _____. & ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã... Diálogo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1989.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *A ordem do discurso*. 11a ed., São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- _____. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.
- GLEZER, R. “A história e o tempo presente”. In: *Decifrando o tempo presente*. (J. C. BRUNI; L. MENNA-BARRETO; N. MARQUES, orgs.) São Paulo, Editora Unesp, 2007, p. 23-44

- GROS, Fredric (org.) *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo: Parábola, 2004.
- HALL, Stuart. "Quem precisa de identidade?" In: *Identidade e diferença. A perspectiva dos estudos culturais*. (SILVA, Tomaz Tadeu da, org.) Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, pp. 103-133.
- _____. *Identidade cultural na pós-modernidade*. 11a ed., Porto Alegre: DP&A Editora, 2006.
- JENKINS, K. *A História repensada*. 3ª. ed., São Paulo: Contexto, 2005.
- LACOUTURE, J. "A história imediata". In: *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, pp. 216-239.
- LE GOFF, J. & NORA, Pierre. *História: Novas Abordagens; Novos Problemas; Novos Objetos*. (3 vols.) Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1988.
- _____. *História e Memória*. 3ª ed., Campinas, Editora da UNICAMP, 1994.
- LOPES, Antonio Herculano; VELLOSO, Mônica Pimenta; PESAVENTO; Sandra Jatahy (org.) *História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006.
- NASCIMENTO, Evando. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- _____. (org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.
- PINSKY, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- POLLAK, Michel. "Memória e Identidade social", *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5. n. 10., 1992. pp. 200-215.
- RODRIGUES, Carla. "Desconstruir é democratizar". *O Globo*. 08/10/2005. Disponível em: <http://www.estacaoliberalidade.com.br/clip/globopensar.htm>
- SANTOS, Andrea Paula dos. *Ponto de Vida. Cidadania de Mulheres Faveladas*. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.
- _____.; RIBEIRO, Suzana Lopes Salgado & MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Vozes da Marcha pela Terra*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *Reforma Agrária entre a polarização, a negociação e o conflito: resistência e participação do MST nos governos do PT do Mato Grosso do Sul e do Rio Grande do Sul (1999-2002)*. São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.
- _____. "Projeto Banco de Histórias de Trabalhadoras e Trabalhadores e a Economia Solidária: uma tecnologia social de valorização da experiência humana". *Anais do V Encontro Internacional de Economia Solidária*. NESOL, USP, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso sobre as ciências*. 3ª ed, São Paulo: Cortez, 2005.

Imagens e sons de histórias do tempo presente e do imediato: identidades e concepções de sujeito, memórias e subjetividades em (des)construção no cotidiano da História

Andrea Paula dos Santos

Resumo: O objetivo deste artigo é, no contexto atual de alteração ou perda de sentido de teorias e conceitos nas Ciências Humanas, afirmar a possibilidade concreta dos historiadores produzirem conhecimento sobre acontecimentos recentes ou que ainda estejam transcorrendo. Buscamos refletir sobre as possibilidades dos historiadores criarem registros históricos críticos sendo sujeitos dos acontecimentos em pauta, mesmo que tomem parte diretamente nesses processos. Isto tornou-se viável a partir de novas perspectivas teóricas que colocaram o fazer histórico em outro patamar no século XX, com produção de novos conceitos e significados que o favoreceram. O trabalho de historiadores de gerações mais novas – e, especialmente, as idéias e trabalhos de Michel Foucault sobre o papel do intelectual como diagnosticador do presente – possibilitou a construção do conceito de história do tempo presente. Essa concepção modificou o papel tradicional do historiador porque a prática da história do tempo presente requer abraçar a idéia de uma história inacabada, em constante movimento, que (des)constrói os acontecimentos que se desenrolam diante de nós, numa renovação infinita. A partir dessa perspectiva da história do tempo presente, emergiu a concepção de história imediata, elaborada para designar as obras escritas na esteira do acontecimento por seus atores, que começaram a proliferar a partir da segunda metade do século XX, tendo crescimento editorial e sendo vulgarizada na década de 1960. Os historiadores vêm-se frente a um contexto em que a situação nacional e internacional passou a demandar cada vez mais esclarecimentos, passando a haver então uma simetria entre produção histórica e demanda social.

Palavras-chave: história do tempo presente; história imediata; memória; identidade; subjetividade.

Abstract : The aim of this article is, in the nowadays context of modification or lack of sense of theories and concepts in Human Sciences, to affirm the concrete possibility of historians to produce knowledge about recent or present events. We search for reflection about the possibility of historians to produce critical historical registers as subjects of such events, even if they take a direct part in the processes. This became viable since new theoretical perspectives put “historical making” in a new degree in the 20th century, with new concepts production and meanings that favor it. The work of some historians of new generation – and, specially, the ideas of Michel Foucault work about the place of the intelectual as a diagnostician of the present – has favored the construction of history for the present time. This conception changed the traditional place of the historian because the history practice in present time needs to hold the idea of a not ended history, in constant movement, that (dis)construct the happenings that comes on in front of us, in an endless renovation. Starting from this perspective, the history of present time emerged from the immediate history conception, elaborated to designate works written during the events happening by the authors, that started to proliferate since the second half of the 20th century, making the editions grow and be vulgarized in the 1960s. Historians see themselves in a context where the national and international situation asks for clearings starting to show a symmetry between history production and social demand.

Key words: history in present time; immediate history; identity; subjectivity.

Artigo recebido para publicação em 12 de maio de 2007

Artigo aprovado para publicação em 01 de julho de 2007